

Cerimónia de
atribuição de grau
Doutor *Honoris Causa*

Nuno Portas

António Correia de Campos

José Pacheco Pereira

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Cerimónia de
atribuição de grau
Doutor *Honoris Causa*

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

**CERIMÓNIA DE ATRIBUIÇÃO
DE GRAU DOUTOR *HONORIS CAUSA*
– 16 de dezembro de 2020**

Discursos

Maria de Lurdes Rodrigues, Paulo Tormenta Pinto,
Paulo Portas, Maria Luísa Lima, António Correia
de Campos, Miriam Halpern Pereira, José Pacheco
Pereira e Marcelo Rebelo de Sousa

Coordenação Editorial

João Morgado Fernandes

Projeto Gráfico Original

Ana Moreira

Fotografia

Reportagem fotográfica do evento © Hugo Alexandre Cruz

Nuno Portas, p. 14 © Egídio Santos / U.Porto

António Correia de Campos, p. 30 © Direitos Reservados

José Pacheco Pereira, p. 46 © 2016 LUSA – Agência de Notícias
de Portugal, S.A.

Edição Maio de 2021

Depósito Legal 483530/21

© 2021, **Iscte – Instituto Universitário de Lisboa**

Todos os direitos reservados.

iscte INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Avenida das Forças Armadas,
1649-026 LISBOA Portugal
+351 217 903 000
geral@iscte-iul.pt
www.iscte.pt

16
dez
2020

Cerimónia de
atribuição de grau
Doutor *Honoris Causa*

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA



conteúdos

9	Programa
11	Maria de Lurdes Rodrigues <i>Reitora</i>
14	Doutor Honoris Causa Nuno Portas
19	Paulo Tormenta Pinto, <i>Professor Catedrático</i>
25	Biografia Nuno Portas, <i>Arquiteto</i>
27	Paulo Portas, em representação de Nuno Portas
30	Doutor Honoris Causa António Correia de Campos
35	Maria Luísa Lima, <i>Presidente do Conselho Científico</i>
39	Biografia António Correia de Campos
41	António Correia de Campos, <i>Professor e Investigador</i>
46	Doutor Honoris Causa José Pacheco Pereira
51	Miriam Halpern Pereira, <i>Docente e Investigadora</i>
59	Biografia de José Pacheco Pereira
61	José Pacheco Pereira, <i>Investigador</i>
69	Marcelo Rebelo de Sousa <i>Presidente da República</i>
72	Iscte, Membro Honorário da Ordem da Instrução Pública
74	Fotografias da Cerimónia

CERIMÓNIA DE ATRIBUIÇÃO

Doutoramento *Honoris Causa*

Nuno Portas
António Correia de Campos
José Pacheco Pereira

iscte INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA



48 anos

a crescer, a inovar e a contribuir para
a modernização do país.

Com autonomia, pluralismo e respeito pela diversidade interna. Abrindo novas áreas de ensino e de investigação. Articulando o ensino, a investigação e a produção de conhecimento. Valorizando o mundo do trabalho, das empresas e das instituições do setor público.



16 dezembro 2020

**Doutoramentos *Honoris Causa*
de Nuno Portas,
António Correia de Campos
e José Pacheco Pereira**

O Iscte distingue
com o doutoramento
honoris causa
três personalidades
portuguesas de mérito
excecional publicamente
reconhecido

programa

14.30

Receção dos convidados

15.00

Início da cerimónia

Intervenção da Reitora, Maria de Lurdes Rodrigues

Doutoramento *Honoris Causa* de Nuno Portas

Apresentação por Paulo Tormenta Pinto

Doutoramento *Honoris Causa* de António Correia de Campos

Apresentação por Maria Luísa Lima

Doutoramento *Honoris Causa* de José Pacheco Pereira

Apresentação por Miriam Halpern Pereira

Momento Musical

1.ª Suite para violoncelo de Bach, por Nuno Abreu,
da Orquestra Metropolitana de Lisboa

Intervenção do Presidente da República,
Marcelo Rebelo de Sousa

17.00

Encerramento da cerimónia

Os valores da
construção do bem
comum, que guiaram
e continuam a guiar
as vidas dos nossos
homenageados
de hoje, são a parte da
memória que queremos
prolongar

Maria de Lurdes Rodrigues

Reitora do Iscte

Saúdo

Ex.mo Senhor Presidente da República,
Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia da República,
Ex.mos senhores ministros e personalidades presentes.

Saúdo também

O Dr. Paulo Portas, em representação do seu pai, arquiteto Nuno Portas,
o Professor António Correia de Campos e o Dr. José Pacheco Pereira.

Saúdo ainda todos os meus colegas, aqui representados pela Presidente
do Conselho Científico, professora Luísa Lima, e pelo catedrático decano
do Iscte, o professor Jorge Freitas Branco.

O Iscte – Instituto Universitário de Lisboa foi criado há 48 anos, em 1972,
no quadro de uma reforma das universidades públicas apoiada e induzida
pelos sectores progressistas e desenvolvimentistas do regime, designando-
-se então Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Alguns dos protagonistas do projeto de criação do Iscte definiram-no
como um “cavalo de Troia”, com o qual procuravam modernizar as uni-
versidades e o país.

Em 1974, com a revolução de abril, surge a oportunidade de tomar Troia e de
realizar os objetivos então sonhados, de forma plena e ambiciosa: podemos
dizer que foram 48 anos, a ensinar, a produzir conhecimento, a inovar e
a contribuir para a modernização e a democratização das universidades
e do país, para a valorização do mundo do trabalho e das empresas, bem
como das instituições do sector público.

E é com enorme gosto que, neste momento, saúdo a professora doutora
Miriam Halpern Pereira, desde sempre docente do Iscte, eminente prota-
gonista e testemunha desta nossa história.

Este ano, não podemos celebrar o nosso aniversário, como de costume, com a festa de Natal e o reconhecimento do mérito ou das carreiras de docentes e/ou de funcionários.

Não podemos celebrar, mas podemos assinalar a nossa data, com esta iniciativa de grande simbolismo académico.

Em boa hora, o Conselho Científico aprovou as propostas de atribuição de doutoramento *honoris causa* a Nuno Portas, António Correia de Campos e a José Pacheco Pereira.

São homens que têm em comum uma vida de compromisso com a modernização e a democratização do país, têm em comum a intervenção política baseada em conhecimento e informação, valorizadora, portanto, do papel das universidades na produção do conhecimento que informa, que deve informar, a intervenção política.

Chegou a hora de a universidade, o Iscte, lhes agradecer, valorizando o seu percurso, a sua dedicação à causa pública, baseada nos valores do conhecimento e da construção do bem comum.

O momento que vivemos é de grande incerteza, de dúvida, sobre o futuro, confinados, fechados e mais isolados.

Mas temos o privilégio de estar, de viver, de trabalhar numa universidade e não nos podemos dispensar de continuar a contribuir para construir o futuro, por nós e pelas gerações que se seguem, pelos que estudam connosco.

Por sermos universidade, por sermos uma instituição de conhecimento e inovação, podemos mais facilmente enfrentar o futuro sem medo, com confiança baseada no que sabemos.



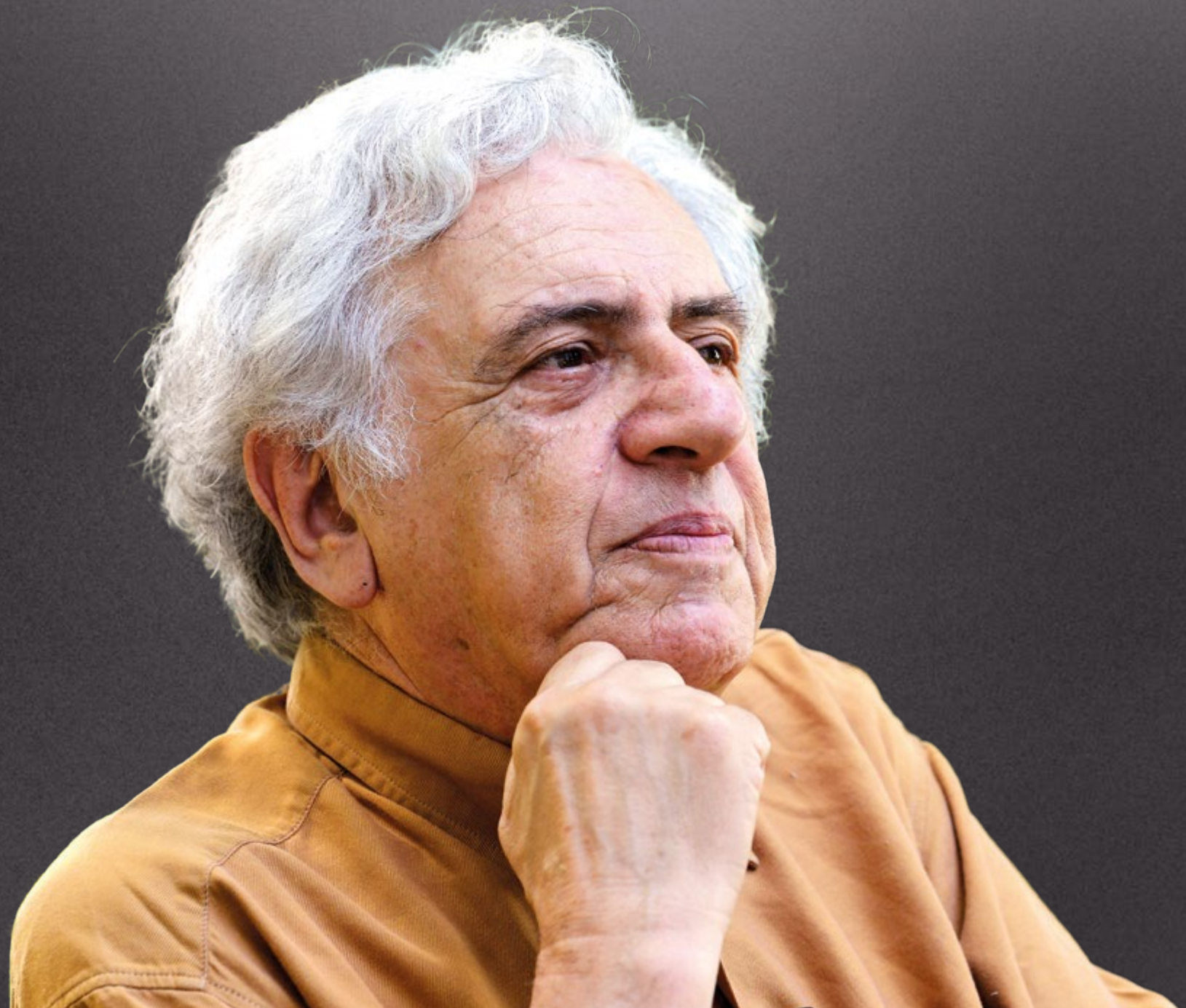
▼
Maria de Lurdes Rodrigues no
discurso de abertura da cerimónia

E sabemos que o futuro está nas nossas mãos e será o que formos capazes de construir.

Como sabemos que o conhecimento, a ciência e as atividades desenvolvidas pelas universidades são essenciais no presente e no futuro.

Como sabemos ainda que os valores da construção do bem comum, que guiaram e continuam a guiar as vidas dos nossos homenageados de hoje, são a parte da memória que queremos prolongar.

Muito obrigada pela vossa presença aqui, ou em casa.



Doutor *Honoris Causa*

Nuno Portas



Doutor

no P

le

Honoris Causa

Portas





Nuno Portas foi crítico, investigador, professor, político, governante e autarca, desenvolvendo uma extensa obra com grande relevância nos campos da teoria e história da arquitetura e do urbanismo e das políticas urbanas e de habitação

Paulo Tormenta Pinto

Professor Catedrático

▼ (página anterior)

Paulo Tormenta Pinto, Paulo Portas, Maria de Lurdes Rodrigues e Maria Luísa Lima, depois da entrega do diploma e da medalha ao filho de Nuno Portas.

► Paulo Tormenta Pinto faz o elogio de Nuno Portas.

Exmo. Senhor Presidente da República,
Prof. Marcelo Rebelo de Sousa

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República,
Dr. Eduardo Ferro Rodrigues

Exmos. Senhores Ministros

Exma Senhora Reitora do Iscte,
Prof. Maria de Lurdes Rodrigues

Caros Colegas

Meus Senhores e Minhas Senhoras

Proferir umas breves palavras sobre Nuno Portas, neste particular momento em que o Iscte lhe atribui o título de doutor *Honoris Causa*, será sempre um malogrado ato incompleto, incapaz de abarcar toda a dimensão ética e visionária deste arquiteto e urbanista, cuja ação se estabelece na construção da democracia em Portugal.

Durante o seu longo percurso profissional, Nuno Portas foi crítico, investigador, professor, político, governante e autarca, desenvolvendo uma extensa obra com grande relevância, nos campos da teoria e história da arquitetura e do urbanismo e das políticas urbanas e de habitação.

Estudou arquitetura na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, mas concluiu a sua formação no Porto, em 1959, apresentando no Concurso para Obtenção do Diploma de Arquiteto a tese *A Habitação Social, Proposta para a Metodologia da sua Arquitectura*, com orientação de Adérito Sedas Nunes, mais tarde um dos fundadores do Iscte. O documento, derivando sobre a análise de diferentes tipologias habitacionais, constituía-se como alicerce de uma visão de alargamento disciplinar da arquitetura, para o campo das ciências sociais.

É sobre esta base, que constrói um juízo crítico acerca da ortodoxia do movimento moderno, que contrapôs, num primeiro momento através de um sentido neo-realista, fundado na paixão pelo cinema de Roberto Rossellini, Vittorio de Sica e Luchino Visconti e num segundo momento através de uma hermenêutica que, incorporando a convicção da obra aberta, relativiza o protagonismo abstratizante das formas, privilegiando respostas concretas às necessidades da sociedade.

Ainda antes de obter o diploma de arquiteto, integrou o Atelier da Rua da Alegria, de Nuno Teotónio Pereira, em 1957, onde desenvolveu projetos singulares, que lhe permitiram ensaiar, na prática, as convicções que consolidava no plano teórico, contribuindo, por esta via, para uma mudança de rumo da arquitetura portuguesa e para a sua afirmação no plano internacional. As casas de Vila Viçosa, Praia das Mações e Sesimbra, desenvolvidas no Atelier da Rua da Alegria, foram laboratório para o projeto da Igreja Paroquial do Sagrado Coração de Jesus (1962-1976), realizado com Nuno Teotónio Pereira, Vasco Lobo e Vítor Figueiredo — a obra mais destacada desse período, distinguida com o prémio Valmor de 1975.

Em 1957, Nuno Portas iniciou a sua participação na comissão diretiva da 3.ª série da revista *Arquitetura*, onde publica dezenas de artigos de crítica e teoria, ampliando o quadro de referências da arquitetura portuguesa através de cruzamentos com a produção do sul da Europa, particularmente com Espanha e Itália, países que no quadro do pós-guerra, procuravam refundar os princípios da sua arquitetura. Neste contexto, Portas encontrava matéria para refletir sobre as carências de Portugal, particularmente no plano da habitação.

A pesquisa sobre as estruturas de organização dos espaços e dos modos de vida estão na base do trabalho de investigação que vem a desenvolver no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, entre 1962 e 1974, coordenando o Núcleo de Pesquisa de Arquitetura, Habitação e Urbanismo. Enquanto investigador do Laboratório, desenvolveu estudos tipológicos e sociológicos, em muitos casos tirando partido dos instrumentos

de computação disponíveis à época, com o objetivo de criar padrões de entendimento matriciais sobre lógicas apreendidas no plano empírico. Neste período, amplia a sua rede internacional, partilhando inquietações e assimilando experiências, nomeadamente no Brasil, com Carlos Nelson dos Santos, no Perú, com Jonh Turner e em Inglaterra, com Leslie Martin. A sua participação e envolvimento, a partir de 1967, nos Pequenos Congressos de Architectura será um momento marcante, que lhe permitirá estreitar relações com Oriol Bohigas, lançando um rumo de enquadramento da produção arquitetónica portuguesa no plano ibérico.

Na mesma época, inicia o seu percurso como Professor na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, em 1965, lecionando a cadeira de Projeto até 1971. Em 1983, transfere a sua atividade de docente para a Faculdade de Arquitetura do Porto, tornando-se Professor Catedrático, a partir de 1989. Como docente, viria ainda a desempenhar funções como professor convidado da Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, do Instituto de Urbanismo de Paris, da Universidade de Paris VIII, do Politécnico de Milão, da Universidade de Ferrara e da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Como resultado do seu trabalho de professor e de investigador, escreve os livros *A Architectura Para Hoje*, em 1964, e *A Cidade como Architectura*, em 1969. Entre 1970 e 1973, elabora o prefácio da edição portuguesa do livro de Bruno Zevi, *História da Architectura Moderna*, onde traça uma leitura seminal sobre a arquitetura do século XX, em Portugal.

Com o eclodir da Revolução de 25 de abril de 1974, vem a fazer parte dos três primeiros governos provisórios, como Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo. Nessas funções, desenvolveu políticas de estímulo à participação ativa dos cidadãos na construção do seu habitat, procurando superar as lacunas que à época existiam no campo da habitação, neste contexto fomentou a criação de cooperativas de habitação e de gabinetes de apoio local (GAT). O seu maior contributo neste cargo governativo correspondeu à criação do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), iniciativa singular

que marcou indelevelmente o rumo da arquitetura portuguesa e das políticas públicas da habitação.

Como político, empenhou-se no processo conducente à legislação dos Planos Diretores Municipais, desenvolvendo também, a partir de 1990, funções autárquicas como vereador do pelouro do Urbanismo da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Enquanto urbanista, desenvolveu o Plano de expansão do campus da Universidade de Aveiro (1987-2008) e elaborou os Planos Diretores dos municípios de Guimarães (1983-1986) e de Vila Nova de Gaia (1990-1993). A sua ação esteve também ligada à elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento do Território do Norte e do Centro de Portugal (2005-2010).

No plano internacional, a sua ação estendeu-se à coordenação do Planeamento Intermunicipal de Madrid, entre 1980 e 1983, desenvolvendo o Plano General de Ordenamento Urbano da capital espanhola. Desempenhou os cargos de consultor do Plano Estratégico Metropolitano de Barcelona, do Plano de Ordenamento de Santiago de Compostela, e das Nações Unidas e da União Europeia para as questões urbanísticas e de investigação. Desenvolveu também o Plano Recuperação da Zona Central e Frente Marítima do Rio de Janeiro, no final da década de 1990, e o Estudo Urbanístico para a zona costeira da Baía de Alger, em 2005, com o Atelier Risco, cuja parceria também lhe valeu, no mesmo ano, o primeiro prémio no Concurso Internacional por convite do Farecentro à Romanina – Projeto Urbano Integrado no Plano Regulador de Roma.

Entre 2004 e 2017, a Universidade do Minho organizou a sua literatura dispersa em dois volumes, intitulados *Os Tempos das Formas*, publicados respetivamente com os subtítulos de *A Cidade Feita e Refeita* e *A Cidade Imperfeita*. Em conjunto com Álvaro Domingues e João Cabral, coordenou, entre 2003 e 2012, os tomos *Políticas Urbanas I e II*, onde foi estabelecida uma análise sobre a condição urbana de Portugal Continental, no limiar do século XXI.



▼ Paulo Portas com Paulo Tormenta Pinto

O Iscte é devedor do pensamento e da teoria de Nuno Portas, consolidando a sua posição nos campos da arquitetura e dos estudos urbanos na senda da amplitude e da transversalidade do seu trabalho político, metodológico e científico, que por diversas vezes o aproximou de professores deste instituto universitário, como Vítor Matias Ferreira, Isabel Guerra, José Manuel Henriques ou Sandra Marques Pereira, com quem desenvolveu trabalho de investigação.

A leitura ampla do fenómeno urbano protagonizada por Nuno Portas está também na génese do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Iscte, que ao longo dos últimos 20 anos tem vindo a desenvolver um trabalho que se referencia na sua heterodoxia discursiva e disciplinar, encontrando em professores como Bartolomeu Costa Cabral, Pedro Vieira de Almeida, Gonçalo Byrne e Pedro Viana Botelho, todos eles colegas com quem Portas partilhou a sua prática no atelier de Teotónio Pereira, o fio condutor da sua identidade científica e pedagógica.

Numa altura em que são tantos os jovens a interessarem-se pelos temas da arquitetura e da cidade, procurando aí os fundamentos da sua cidadania, e num momento em que Portugal prepara um ambicioso plano de relançamento da sua economia, é importante regressar a Nuno Portas como base de reflexão e de investigação sobre o desenvolvimento dos territórios urbanos, em áreas nucleares como a habitação, a educação e a dignidade da qualidade de vida da sociedade portuguesa.

É por tudo isto e por muito mais que eu, Paulo Tormenta Pinto, com grande orgulho, solicito a atribuição do título de Doutor *Honoris Causa* a Nuno Portas.

iscte

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

DIPLOMA

DOUTORAMENTO HONORIS CAUSA

Eu, Maria de Lurdes Rodrigues, Reitora do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa,
faço saber que é concedido o grau de Doutor *Honoris Causa* pelo
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, sob proposta do Conselho Científico, ao

Arquiteto Nuno Portas

Este grau foi concedido pelo seu mérito excecional, publicamente reconhecido,
pela forma como marcou o debate sobre arquitetura, urbanismo e habitação,
nas suas dimensões estética, social e política em Portugal durante mais de cinco décadas.

Lisboa, 16 de dezembro de 2020

A Reitora



Maria de Lurdes Rodrigues

biografia

Nuno Portas é uma personalidade que marcou de forma indelével o debate sobre arquitetura, urbanismo e habitação, nas suas dimensões estética, social e política em Portugal, durante mais de cinco décadas.

Nascido em Vila Viçosa, em 1934, estudou arquitetura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, tendo concluído o curso na Escola Superior de Belas Artes do Porto, em 1959. Ainda enquanto estudante, iniciou a sua colaboração com o gabinete de Nuno Teotónio Pereira, que duraria até 2006, e com a revista *Arquitetura*, da qual se tornaria mais tarde diretor.

Foi professor da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (1965-1971) e da Escola Superior de Belas Artes do Porto, a partir de 1983. Lecionou na Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, no Instituto de Urbanismo de Paris, na Universidade de Paris VIII, no Politécnico de Milão, na Universidade de Ferrara e na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A seguir ao 25 de Abril, participou nos três primeiros governos provisórios,

tendo promovido o pioneiro processo participativo de habitação designado por Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Já nos anos de 1990, integrou o executivo da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Em Portugal e no estrangeiro, participou em inúmeros projetos de urbanismo e planeamento urbano.

A sua obra escrita tem, não só uma enorme importância do ponto de vista histórico e teórico, como contribuiu para a divulgação da arquitetura portuguesa no estrangeiro.

Foi premiado nas várias áreas da sua atividade. Logo em início de carreira, enquanto crítico de arte, com o Prémio Gulbenkian de Crítica de Arte. Em 1974, recebeu o Prémio Valmor pela obra da Igreja do Coração de Jesus, em parceria com Nuno Teotónio Pereira. Foi distinguido com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, em 2004, e, em 2005, com o Prémio Sir Patrick Abercrombie de Urbanismo, pela União Internacional de Arquitetos.



iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Olhava para as cidades
como complexidade
humana e territorial,
sempre inacabada,
quase sempre
a necessitar de
compromisso e reforma,
como se pensasse que
é mais útil contribuir
para ordenar uma certa
desordem, do que
começar tudo de novo
e destruir o velho

Paulo Portas

Filho de Nuno Portas, em sua
representação.

► Paulo Portas no discurso de
agradecimento

Senhor Presidente da República,

Senhora Reitora,

Senhores Doutores António Correia de Campos e José Pacheco Pereira,

Demais Autoridades,

Para qualquer um de nós – filhos, netos ou irmãos – é especialmente difícil fazer este agradecimento à Universidade em geral e ao Iscte em particular. Falar em nome do nosso Pai, Avô ou Irmão, ainda para mais sem o nosso “mano velho”, o Miguel, implicaria sempre uma porção de atrevimento: o nosso Pai viveu a vida que quis viver e não me lembro de o ouvir falar pelos outros, ou por nós. É um homem inteiramente livre e ensinou-nos a viver apenas como a nossa liberdade determinasse. Numa família tão plural, essa lição de tolerância e ternura está guardada nos nossos corações.

Podia ter sido cineasta, fotógrafo, pintor ou crítico de arte, mas escolheu ser arquiteto, talvez porque gostasse de trabalhar com equipas e em equipa, em malha ou em rede, como hoje diríamos. Poderia ter ficado apenas do lado da estética, da forma e da criação, que admirava, mas a certo passo preferiu o urbanismo, o território e o planeamento urbano, que abraçou. Terá sido a escolha do mais complexo e interdisciplinar sobre o mais visível e individual. Dizia de si próprio: “Sou um arruador”, aquele que ajuda a traçar as ruas na certeza das incertezas: antecipou que o crescimento exponencial das cidades seria a morada principal deste mundo em mudança. Olhava para as cidades como complexidade humana e territorial, sempre inacabada, quase sempre a necessitar de compromisso e reforma, como se pensasse — acho que pensava —, que é mais útil contribuir para ordenar uma certa desordem, do que começar tudo de novo e destruir o velho, com cidades novas de raiz, dirigidas e às vezes dirigistas, elas próprias sombra do que foram, depois de começarem a ser. Escolheu, portanto, um caminho difícil. E fê-lo com inesgotável alegria, conhecimento, paciência e empenho.

Do Centro Histórico de Guimarães ao contínuo do Vale do Ave; do Restelo aos Olivais; de Chelas à Expo ou a Aveiro; do Sagrado Coração de Jesus a Almada, a sua vida é a de um nómada do urbanismo, acumulando experiências e conhecimento. Não conheceu fronteiras, nem quando éramos um país em autarcia: sempre pensou que o nosso jardim é bonito, suficientemente bonito, mas bonito mesmo é conhecermos muitos outros jardins, tanto os exuberantes como os exasperantes, e imaginar, imaginar, sempre. Como alguém escreveu, foi internacional antes da internacionalização da nossa arquitetura: em Madrid ou em Barcelona, no Rio de Janeiro ou nas Nações Unidas, foi fazendo ou pensando a cidade, ou partes delas. Academicamente também. Migrou cedo das Belas Artes de Lisboa para as no Porto, e foi a olhar para o Douro, se calhar por estar mais perto da Galiza familiar que também nos habita, que decidiu viver mais estavelmente. Adorou sempre ensinar, e também aprender. Cá dentro e lá fora, neste caso, sobretudo em Paris e em Milão.

Quando há dias teve um acidente, achava que não podia chegar atrasado a uma conferência. Foi a sua vida: conferências, doutoramentos, seminários e júris. “Con un universalismo arrollador”, dizia o seu amigo Solà-Morales. Certamente gostou dos prémios e distinções que recebeu. Mas era e é por natureza altruísta e discreto, excepto na fruição e na partilha do saber.

Todos devemos ao nosso Pai, Avô e Irmão muitas coisas, e como sabemos Deus está nos detalhes, e Deus inquietou-o bastante ao longo de uma vida de empenhamentos espirituais, estéticos, políticos e sociais. Permitam-me uma nota pessoal: de rajada e de memória foi ele que me deu a primeira Leica e não mais perdi a sensibilidade para a arte de fixar o passado e o presente no mesmo instante; com ele descobri o Renascimento, numa visita guiada de arquiteto para leigo e miúdo, e foi definitiva essa mútua admiração por Itália; com ele discuti muitos filmes, porque o cinema foi outro testemunho móvel que nos passou; na música, melómano, os clássicos fizeram-lhe muita companhia quando lia e desenhava; e muito fiel ao jazz: recordo as vezes que ele tentou que eu gostasse de jazz, e na verdade conseguiu, se não me engano a partir do concerto de Colónia



▼ Paulo Portas com a medalha e o diploma *honoris causa* de Nuno Portas

de Keith Jarrett. Não me sai da cabeça que este ano, mesmo na véspera da pandemia, guardei uma manhã para ir ver o David em Florença, onde era eu menino ele teve o encanto de me levar.

O nosso Pai, Avô e Irmão sempre encorajou, com larga panorâmica, a educação das nossas sensibilidades. Há qualquer coisa do nosso Pai nas maravilhosas lojas com que a minha irmã tenta que não se interrompa a memória, como há qualquer coisa do nosso Pai na modernidade dos projetos editoriais em que eu e o Miguel nos envolvemos. Sei a razão pela qual não fui, como queria, arquiteto: a matemática. Mas sei a melhor razão que me leva, até hoje, a adorar arquitetura: o meu Pai.

Agradecemos, todos, ao Iscte esta distinção. Não podemos substituir o sorriso com que ele estaria aqui. Mas podemos sentir orgulho no Pai, no Avô, no Irmão, no Tio, no cunhado, no primo ou no amigo – inspirador, cosmopolita e livre. De lapiseira de minas e cachimbo na mão, de preferência com um filme de Luchino Visconti logo à noite.

Bem hajam.



Doutor *Honoris Causa*

António Correia de Campos

Doutor Honoris Ca
António ... eia

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
LISBOA



ausa

de Ca



Doutor Honoris Causa
António Correia de Campos

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA



Destaco a personalidade
invulgar de António
Correia de Campos pela
forma como, através
da sua dedicação à
causa pública, usou o
conhecimento para tornar
este mundo um lugar um
pouco melhor

Maria Luísa Lima

Presidente do Conselho Científico

▼ (página anterior)

Maria Luísa Lima, António Correia de Campos
e Maria de Lurdes Rodrigues.

- Maria Luísa Lima faz o elogio a António Correia de Campos.

Ex.mo Senhor Presidente da República,
Ex.ma Senhora Reitora
Ilustres convidados e convidadas
Caras colegas e caros colegas professores e investigadores do Iscte
Senhores e senhoras funcionários do Iscte
Caros e caras estudantes
Minhas senhoras e meus senhores,

Concede-me o Iscte o privilégio de falar nesta cerimónia solene de imposição de insígnias para apresentar um universitário e cidadão devotado à causa pública: o Professor António Correia de Campos

O grau de Doutor *Honoris Causa* é outorgado apenas a uma personalidade de mérito eminente que tenha prestado serviços relevantes ao País ou à Humanidade. Representa igualmente a escolha de uma pessoa, na qual, pela sua trajetória, pela sua postura na vida, pela sua obra e pela sua sabedoria, a Universidade se queira rever. António Correia de Campos é uma personalidade portuguesa de mérito excepcional, publicamente reconhecido, tanto em Portugal como no estrangeiro, em particular pela ação que desenvolveu nas áreas da saúde, da Administração Pública e das políticas públicas em geral. São três domínios em que o Iscte desenvolve desde há muito investigação e formação, e, por isso mesmo, pode reconhecer quão marcantes e inovadores foram os seus contributos.

Não me irei aqui deter na sua carreira académica de mérito elevado, nem nas suas numerosas publicações, nem percorrerei convosco em detalhe os numerosos cargos de prestígio que ocupou em Portugal e fora do país ao longo das últimas cinco décadas.

Em vez disso, opto por salientar três contributos que, na minha leitura do percurso do Professor Correia de Campos, o tornam uma personalidade invulgar pela forma como, através da sua dedicação à causa pública, usou o conhecimento para tornar este mundo um lugar um pouco melhor.

O primeiro tem a ver com o seu legado como Ministro da Saúde, cargo que ocupou no 14.º e 17.º Governos Constitucionais (2001-2002 e 2005-2008), após uma passagem pelo lugar de Secretário de Estado da Saúde do 5.º Governo Constitucional (1979-1980). Gostava de salientar o seu papel fundamental na criação de duas estruturas que correspondem a uma nova visão da saúde e que marcaram um salto qualitativo no sistema nacional de saúde: a criação de uma rede de cuidados continuados (Decreto-Lei n.º 101/2006) e a criação das unidades de saúde familiar (Decreto-Lei n.º 298/2007). A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, incluindo unidades de convalescença, cuidados intermédios, cuidados de longa duração, cuidados domiciliários e cuidados paliativos, permitiu responder à necessidade crescente de cuidados para pessoas em situação de dependência, criando e apoiando respostas multissetoriais com vista à recuperação e reinserção familiar e social. No âmbito dos cuidados de Saúde Primários, as unidades de saúde familiar, constituídas por equipas multiprofissionais, auto-organizadas e autónomas, permitiram também uma forma diferente de trabalho em equipa entre profissionais de saúde e uma relação mais próxima e flexível com os utentes. Qualquer destas duas estruturas representa, a meu ver, formas de desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde que o tornaram mais aberto, acessível, eficiente e equitativo, promovendo o trabalho interdisciplinar e uma visão da saúde que vai muito além da perspetiva biomédica. Sublinhe-se, aliás, que, logo nas suas publicações iniciais, Correia de Campos salienta a importância dos fatores sociais na saúde, e estas duas estruturas são uma concretização desta sua visão integradora dos cuidados de saúde.

O segundo contributo que gostaria de realçar aqui refere-se à sua ação na área da Administração Pública, enquanto Presidente do INA, Instituto Nacional de Administração (1997-2001 e 2008-2009). Durante o seu mandato inicial, contribuiu com uma visão inovadora para modernizar a formação dos quadros da função pública. Em articulação com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), promoveu um ciclo de conferências do qual resultou o lançamento do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública, em 2000. Este curso permitiu que qualquer licenciado

pudesse obter a formação inicial necessária ao exercício de funções técnicas superiores e de direção nos organismos da Administração Pública, e, através de protocolos com diversas universidades (entre as quais o Iscte), a equivalência ao primeiro ano do Mestrado em Administração Pública. Esta parceria com a universidade preparou uma nova geração de quadros superiores para serem agentes de modernização e de mudança, promovendo assim a renovação da Administração Pública em Portugal. Penso que se trata de um trabalho exemplar de colaboração com a universidade com impacto relevante na qualidade dos serviços públicos.

Finalmente, quero referir-me à sua passagem pelo Parlamento Europeu (2009 a 2014), no decurso da qual assumiu, entre outros, o cargo de Presidente do Painel de Avaliação de Opções de Ciência e Tecnologia (STOA). No âmbito dessas funções, dirigiu um importante trabalho sobre a digitalização dos sistemas de saúde e outro sobre os impactos da crise económica de 2007/2008 nos sistemas de saúde europeus, mostrando como os cortes nos sistemas de saúde durante a recessão contribuem para o aumento da incidência de doenças crónicas, de doenças mentais, e, de uma maneira geral, para a diminuição da capacidade de resposta dos sistemas de saúde, com impactos funestos principalmente para os mais vulneráveis. Trata-se de um trabalho de avaliação de políticas públicas realizado ao nível europeu e que se mantém extremamente atual nos dias de hoje.

Estes três contributos nas áreas da Saúde, da Administração Pública e das Políticas Públicas são apenas uma ilustração da vasta obra do Professor Correia de Campos. Pela qualidade do seu legado, eu, Luisa Pedroso de Lima, peço à senhora Reitora a atribuição do título de doutor *honoris causa* do Iscte a António Fernando Correia de Campos.

iscte

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

DIPLOMA

DOUTORAMENTO HONORIS CAUSA

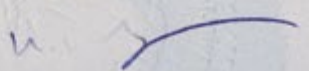
Eu, Maria de Lurdes Rodrigues, Reitora do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa,
faço saber que é concedido o grau de Doutor *Honoris Causa* pelo
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, sob proposta do Conselho Científico, ao

Professor Doutor António Correia de Campos

Este grau foi concedido pelo seu mérito excepcional,
publicamente reconhecido, em particular pela sua ação nas áreas da saúde,
da administração pública e das políticas públicas.

Lisboa, 16 de dezembro de 2020

A Reitora


Maria de Lurdes Rodrigues

biografia

António Correia de Campos tem desenvolvido uma atividade pública reconhecida, em particular nas áreas da Saúde, da Administração Pública e das Políticas Públicas.

Nasceu em Torredes, Viseu, em 1942, tendo-se licenciado em Direito, pela Universidade de Coimbra (1966), e estudado Administração Hospitalar, na Escola Nacional de Saúde Pública de Rennes, França (1969). Mestre em Saúde Pública, pela Universidade de Johns Hopkins, Baltimore, EUA (1978), concursos para Professor Auxiliar, equivalente a doutoramento (1982), Professor Extraordinário, equivalente a agregação (1986), e Professor Catedrático (1989), na Escola Nacional de Saúde Pública. Foi especialista sénior em gestão de serviços de saúde do Banco Mundial (1992-1995), e presidente da Comissão do Livro Branco da Segurança Social (1996-1998), do Instituto Nacional de Administração (1997-2001 e 2008-2009), do Conselho Científico do Instituto Europeu de Administração

Pública (2000-2001), e do Conselho Económico e Social (2016-2020).

Desempenhou as funções de Ministro da Saúde (2001-2002 e 2005-2008), secretário de Estado do Aprovisionamento (1975) e da Saúde (1979-1980), de deputado (1991-1993) e de eurodeputado (2009-2014).

É presidente do Conselho de Curadores da Fundação Universidade de Aveiro, membro do Conselho Estratégico do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (I3S), da Universidade do Porto, e presidente do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Viseu, desde 2017.

Agraciado com a Orden de Simón Bolívar, El Libertador, Gran Cruz, Venezuela (2001), Ordem do Infante D. Henrique, Grã-Cruz, Portugal (2005), Orden de Bernardo O'Higgins, Grande Oficial, Chile (2013).

É autor de dez livros, coautor de dois e coordenador editorial de vários. Publicou mais de cem artigos em revistas nacionais e estrangeiras sobre temas de administração de saúde, política de saúde, economia de saúde, política social e administração pública.

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA



Muitas vezes tive mais
ambição que capacidade.
Mas se a não tivesse,
jamais teria iniciado
reformas que ainda hoje
perduram, mesmo que
cumpridas a metade,
ou recomendado outras,
depois seguidas com anos
de atraso

António Correia de Campos

Professor e investigador

- António Correia de Campos no discurso de agradecimento.

Senhor Presidente da República
Senhor Presidente da Assembleia da República
Senhora Vice-Presidente da Assembleia da República
Senhora Ministra de Estado e da Presidência
Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública
Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

O discurso de um homenageado neste tipo de cerimónia deve centrar-se sobre agradecimentos. Terei, depois, de falar um pouco de mim.

Senhora Reitora, distintos colegas, estimados estudantes e pessoal da administração dos serviços,

Qual a razão por que aceitei esta decisão do vosso conselho científico? Não poderia recusar, bem sei, mas pretendo, mais do que isso, agradecer e homenagear.

Agradeço aos professores proponentes do Conselho Científico, Elizabeth Reis, Francisco Cercas, Gustavo Cardoso, Maria Luísa Lima e a todos os restantes conselheiros esta distinção. Em especial, fico imensamente grato a Maria Luísa Lima pela generosidade e tolerância que me dispensou.

Agradeço à Reitora Maria de Lourdes Rodrigues, figura marcante e plena de energia da nossa vida académica, governante esclarecida, corajosa e notável impulsionadora do estudo das políticas públicas, o ter acolhido favoravelmente a proposta desta distinção.

Homenageio os pais fundadores e outros continuadores desta instituição universitária, alguns dos quais conheci e acompanhei, Adérito Sedas Nunes, Eduardo Gomes Cardoso, Mário Murteira, José Manuel Protes da Fonseca, António Silva Leal, e mais recentemente Afonso de Barros, João Ferreira de Almeida, Manuel Gomes Mota, José Manuel Paquete de Oliveira,

José Joaquim Laginha, Juan Mozzicafredo e tantos outros que, do quase nada, em 48 anos criaram uma grande escola.

Homenageio a capacidade aqui reunida para congregar harmoniosamente as ciências que ajudam a conhecer e compreender a Sociedade, para melhor se administrarem as Empresas e o Estado.

Homenageio os atuais professores e responsáveis nos diferentes departamentos do Iscte, os restantes docentes e sobretudo os estudantes que a esta escola confiam os seus melhores anos e conferem o prestígio de que goza. Homenageio, sobretudo, os meus pares desta cerimónia, Nuno Portas e José Pacheco Pereira, eles sim, merecedores indiscutíveis desta distinção, agradeço-lhes me terem aceite como parceiro nesta fraternidade académica. O seu exemplo inspirou e inspirará gerações.

Senhora Reitora,

Reconheço que a minha vida foi sempre guiada pelo serviço público. Centrei-me na atividade política desde jovem, quando esbracejava pela liberdade de associação estudantil, reconhecendo no célebre discurso de Robert Kennedy, em Cape Town, 1966, a condição básica de qualquer luta:

“O primeiro elemento da liberdade individual é a liberdade da palavra. (...) A par dela está o direito a ser ouvido e partilhar as decisões que moldam as vidas humanas. Tudo o que torna a vida valiosa – família, trabalho, educação, um espaço para criar os nossos filhos e um lugar onde repousar a nossa cabeça – tudo isso depende de decisões de governos e tudo pode ser varrido por um governo que não respeite os pedidos dos seus cidadãos.”

Fui funcionário público, professor, investigador, gestor, consultor, político, presidente de muita coisa e quase nada administrei. E eis-me agora, paradoxalmente, confrontado com um título honorário de uma universidade que investiga, ensina e forma em Administração.

Muitas vezes tive mais ambição que capacidade. Mas se a não tivesse, jamais teria iniciado reformas que ainda hoje perduram, mesmo que cumpridas a metade, ou recomendado outras, depois seguidas com anos de atraso. Com idêntica ambição, pretendi, ainda recentemente, abraçar e difundir o conhecimento de grandes problemas nacionais, como as florestas e a água, a demografia, a aprendizagem ao longo da vida, a segurança social e a saúde, a administração pública e o interesse público e até, neste ano terrível, a gestão de grandes crises. Pode ter sido ambição a mais, mas alguma coisa ficará, em conhecimento acrescentado.

Só depois de ler as *Cartas a um Jovem Político*, de Fernando Henrique Cardoso percebi que, afinal, tinha tido alguma “*arte de juntar pessoas (...) sem ter medo do talento dos outros*”. Esse fio condutor começou cedo, geneticamente modelado por verdadeiros professores, que foram meus pais, avós, tios e irmãs. E não mais o perdi.

Tive sorte na vida mas, como escreveu Séneca, “*sorte é o que sucede quando a preparação e a oportunidade se encontram e se fundem*”. A minha preparação devo-a por inteiro ao meu País e ao sistema público de ensino, que me facultou formação superior e sobretudo proporcionou pós-graduações de alta qualidade e tempo para experiência profissional no País e no estrangeiro. As oportunidades estiveram sempre ao dispor da minha privilegiada geração. O que hoje nem sempre acontece.

Como poderei, pois, retribuir? Bem sei que o Iscte não espera retribuição. Mas sinto o dever da partilha. Partilha da longa experiência de administração nacional e internacional; da vivência política e executiva a nível de governo, em que por quatro vezes me envolvi. Partilha da sociologia das grandes organizações supranacionais que várias vezes servi como consultor, animador ou parlamentar. Partilha da reforma da administração do Estado e dos seus serviços, pelo contacto que mantive com dezenas de governantes. Partilha da experiência em diferentes continentes, regimes e protagonismos, de como o mercado vê a administração e como esta a ele reage,



Doutor Honoris Causa
António Pereira Campos

is
INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA



uma e outra visões eivadas de preconceitos e depreciações artificiais; ou de como gerir interesses conflitantes nas eternas e difíceis combinações entre público e privado, entre interesse setorial, profissional e individual e interesse público, matéria que há cinquenta anos me preocupa. Partilha ainda da esperança de que a ética seja uma inspiração mais que uma transpiração, não seja uma arma de agressão e passe a ser um farol, mais que um limite.

Não me peçam também para gerir o que quer que seja. Sei de pessoas que gostam de gerir até à morte, não é o meu caso. Toda a boa gestão desgasta, só a má gestão não cansa. Gerir implica congregar pessoas para cumprir prioridades, mas tal só se consegue com enorme consumo de energia, a do gestor e a dos outros. Gerir implica tentar, errar e recomeçar. Não que me falte tolerância ou paciência. Faltará sobretudo o tempo, esse bem escasso que encavalitamos quando jovens e distendemos gostosamente quando velhos. Quero guardar um pouco da energia que me resta para gerir as ilusões que ainda me assaltam.

Muito obrigado.

- ▶ António Correia de Campos recebe a medalha e o diploma de Doutor *Honoris Causa*.



Doutor *Honoris Causa*
José Pacheco Pereira



D
J
—
is
INS
UNI
DE

ISCDE
DOCTORADO HONORIS CAUSA
Doctor Josep Puigcassà Ponsat

Doutor Honoris Causa

José Paolinho Pereira

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA





José Pacheco Pereira
estimula o pensamento
crítico, e não há nada
mais importante na
investigação em ciências
sociais e humanas e na
formação da cidadania

Miriam Halpern Pereira

Docente e investigadora

▼ (página anterior)

Miriam Halpern Pereira, José Pacheco Pereira,
Maria de Lurdes Rodrigues e Maria Luísa Lima.

- ▶ Miriam Halpern Pereira faz o elogio
a José Pacheco Pereira.

Sua Excelência o Presidente da República
Prof. Dr. Marcelo de Sousa
Ex.ma Sra. Reitora
Prof. Dra. M. Lourdes Rodrigues
Caras e Caros Colegas
Caros Doutorandos *Honoris Causa*

Agradeço o honroso convite que a Sra. Reitora me dirigiu para apresentar o Dr. José Pacheco Pereira nesta cerimónia de atribuição do título de *Honoris Causa*. Aceitei com todo o prazer, dado o mérito indiscutível do candidato. Trata-se de uma personalidade cuja intervenção política é de todos conhecida, intervenção que data da sua juventude estudantil. É esse o eixo em torno do qual se desenrolou a sua produção intelectual, científica. É sobre esta que me debruçarei, desde já dizendo que falarei exclusivamente da vertente historiográfica e memorialista e de defesa do património cultural, que acompanhei desde o seu início. É a minha área de conhecimento. Não fossem os tempos pandémicos, porventura teria tido a curiosidade de consultar na Biblioteca Nacional alguns dos seus livros da área política, agora não o entendi adequado.

Dividirei a minha apresentação em duas partes, a primeira referente à obra historiográfica, a segunda referente à sua obra em prol da preservação da nossa memória do tempo presente e do passado próximo.

Pacheco Pereira é um dos pioneiros do estudo do movimento operário português, ao lado de Carlos da Fonseca, César de Oliveira ou Victor de Sá. Mesmo antes de concluir a sua licenciatura, já era autor de duas pequenas monografias, uma sobre a revolução russa e o movimento operário português e outro sobre a greve geral de 1918, ambas publicadas no mesmo ano. Quase uma década depois, publicou também um dos primeiros trabalhos sobre os primórdios do mutualismo na segunda metade do século XIX. Segue-se o seu estudo do movimento de protesto no Alentejo no início da 1.ª República, que constitui ainda hoje um marco numa área científica pouco frequentada. Estes trabalhos de Pacheco Pereira inserem-se no

reatar da história operária e dos movimentos sociais em Portugal que tem lugar nas décadas de 70 e 80 do século XX, reatando-se então com uma linha historiográfica iniciada no início desse mesmo século e que tinha sido interrompida durante cerca de cinquenta anos.

Um longo intervalo de cerca de 16 anos, em que o autor se dedicou à intervenção política, separa estes trabalhos sobre movimentos sociais em Portugal do início da publicação da biografia monumental sobre Álvaro Cunhal. Demorou outro tanto a concluir os quatro volumes já publicados. Quatro volumes que cobrem o longo período que vai desde a juventude de Cunhal até à mais célebre queda de uma cadeira, em 1968. É um limite temporal que deve ser alargado, com novo volume, tal o interesse que a obra desperta. É uma obra notável em que o percurso individual se entrelaça com a história do movimento comunista nacional e internacional durante quase cinco décadas. Personagem central na história do principal partido da resistência ao Estado Novo, o grupo político com maior continuidade no combate contra a ditadura, a sua história confunde-se com a história do país, vista do outro lado, do lado dos opositores ao regime político instituído.

Alicerçado numa ampla pesquisa em arquivos, nomeadamente dos partidos comunistas de diferentes países, principalmente Portugal, França e ex-URSS, está-se diante da evolução de um eixo central da resistência portuguesa ao Estado Novo, em que vão sendo descritas as suas várias fases e os problemas a enfrentar. São destrinçados com clareza os contornos das diferentes posições estratégicas no interior do PCP e das outras organizações face às formas de combater a ditadura ao longo do tempo. A título de exemplo, salientarei algumas das questões abordadas, já dos anos 1960 em diante, aquelas que se relacionam com a fase final da ditadura e com a crise da URSS. Nesse domínio, é particularmente pertinente a análise sobre a posição de Cunhal acerca do recurso à via armada, o consequente isolamento no movimento comunista internacional quanto a esta orientação fundamental e o papel da aliança com Cuba nesse contexto. Embora mais conhecida, a difícil escolha de

Cunhal face à invasão da Checoslováquia pelos russos, e a fratura ocasionada no interior do PCP, fica mais bem esclarecida e bem documentada. Outro aspecto fundamental é a atitude face à guerra colonial e o problema da deserção e dos refractários. Na relação com os movimentos coloniais também é em especial interessante o papel do PCP face ao reconhecimento pela URSS das várias organizações, nomeadamente no caso de Angola. A invocação destes problemas permite entrever o amplo alcance nacional e internacional desta obra monumental para a história de Portugal no século XX.

Embora se intitule uma biografia política, nesta obra estão presentes a vida familiar e pessoal de Cunhal, cuja personalidade, numa fórmula engenhosa, diz envolta pela “liberdade do segredo”. Como explica, “fê-lo por razões políticas, mas também por um gosto deliberado por viver uma vida secreta que só ele controla inteiramente, muito para além das necessidades da atividade clandestina partidária.”

Fica-se a conhecer o ambiente em que cresceu e em particular a sua profunda ligação ao pai, que adquire um simbolismo pessoal e político extremo no funeral de Avelino Cunhal. A descrição da chegada da enorme coroa de flores ao cemitério e a descrição do pormenor do combate entre mãos pidescas e mãos dos amigos de Cunhal em torno da faixa com o nome de Álvaro, expressa o interesse pelo simbolismo do efémero do autor do livro, e é sobre isso que me debruçarei agora.

Ephemer é o nome pleno de significado escolhido por José Pacheco Pereira para a biblioteca e o arquivo, instituídos sob a forma duma associação cultural sem fins lucrativos, criada pelo historiador há mais de dez anos com o objetivo de “salvar, salvar, salvar tudo o que faz parte da nossa memória coletiva”, para utilizar as suas próprias palavras. “Estamos a falar de coisas tão diversas quanto panfletos e cartazes de campanhas eleitorais, diários pessoais, correspondência, bilhetes de espetáculos, fotografias ou até medalhas ou equipamentos desportivos. Um dos objetos mais curiosos, por exemplo, é uma bomba de gás lacrimogénico usada



pela PSP numa manifestação antes do 25 de Abril.”, como se destacava numa entrevista este ano (22.02.2020, DN). O nome escolhido, *Ephemera*, traduz um conceito novo de património cultural e implicitamente uma ironia, pois o objectivo é preservar o efémero, que passa a definitivo.

Memória, Património e História são palavras que na linguagem corrente se nos apresentam hoje com conexões conceptuais aparentemente indiscutíveis. A sua relação contudo, nada tem de óbvio, bem pelo contrário, é fruto de evolução conceptual e de mudança histórica recentes. O interesse pelo património histórico tem ele próprio uma história. Alguns exemplos permitem entrevê-lo. A reutilização de pedras de monumentos antigos em edifícios posteriores era uma rotina que até há relativamente pouco tempo não chocava ninguém. Transportar de um país para outro obras de arte como troféus de vitórias militares também não. A própria reutilização dos manuscritos também era prática corrente: pergaminhos com textos musicais antigos, por exemplo, serviram para a encadernação de livros.

Curiosamente, é nesta nossa sociedade de consumo, sociedade do efémero, de substituição frequente e de desperdício de objetos quotidianos, que a lógica da conservação veio a impor-se relativamente ao passado e adquiriu nas últimas décadas uma dimensão algo surpreendente.

Cerca de 95% dos museus hoje existentes na Europa datam apenas da 2.ª Guerra Mundial. Este movimento de salvaguarda do património desenvolveu-se em simultâneo em diferentes pontos do globo.

A evolução do significado da palavra património é em si representativa da transformação que teve lugar. Na origem, este termo, património, referia-se a bens pessoais, familiares, propriedades e outras formas de investimento e objetos pessoais de valor. Atualmente, a palavra património aplica-se a bens de natureza coletiva.

As fronteiras entre o que é ou não património tornaram-se cada vez mais difíceis de definir. Nele já não se incluem tão-só objectos tradicionalmente

considerados de valor. O quotidiano típico de determinado modo de vida, antigamente confinado à arqueologia e à etnologia de sociedades ditas “primitivas”, também invadiu os outros tempos da História e chegou até ao presente recente.

Subjacente a esta intensa protecção do património colectivo, como Pierre Nora sublinhou com clareza, “o sentimento de continuidade liga-se residualmente aos lugares da memória. Há lugares da memória porque já não existem os ambientes da memória.” Os elos humanos transmissores da memória, de origem familiar e comunitária, esboroaram-se, surgindo a necessidade de novos suportes materiais da memória colectiva, impessoais e institucionais, e com aparente durabilidade.

Mas simultaneamente teve lugar uma separação entre a memória e história, num processo de desenraizamento profundo, como o apontou Pierre Nora no ensaio intitulado *La fin de l'Histoire-Mémoire*, que se tornou um texto de referência obrigatória. O movimento ascensional e expansionista da História conduziu à ruptura do laço de identidade muito antigo, entre a História e a Memória, laço considerado inquestionável, até há pouco tempo.

Memória e História deixaram de ser palavras sinónimas, pelo contrário, tomou-se consciência que tudo as opõe. A memória é a vida, transmitida por grupos vivos, portanto em evolução permanente, resultado complexo da recordação, da amnésia, consciente ou inconsciente, vulnerável a todas as utilizações. A História é uma operação intelectual de reconstituição do passado, descodifica a recordação, baseia-se na análise e discurso críticos. Estamos diante de um processo de desidentificação entre história e memória.

A memória tornou-se ela própria objecto de uma história possível. E é nesse contexto que há que situar os lugares da memória, no sentido que esta expressão adquiriu com Pierre Nora, entre eles encontrando-se os museus, os arquivos, as bibliotecas. É aqui que se encontram os materiais que permitem fazer a crítica da memória e construir a História da História. Só esta

operação intelectual fundamental permitirá obviar a construção e valorização daquilo que Amin Malouf designou de “identidades assassinas”. *A Ephemera*, que se integra neste novo conceito de património cultural, constitui uma arma que pode ser essencial neste caminho em Portugal. *As Armas de Papel*, em que se reproduz uma parcela do património de publicações periódicas clandestinas da *Ephemera*, é justamente o nome de um dos recentes livros de Pacheco Pereira.

A terminar, não posso deixar de elogiar também o analista político que José Pacheco Pereira também é, pois, independentemente de se concordar ou não com as suas opiniões, estimula o pensamento crítico, e não há nada mais importante na investigação em ciências sociais e humanas e na formação da cidadania. Em síntese, a qualidade de investigação, o espírito crítico e o enorme trabalho em prol da preservação da memória colectiva são as razões que me levam a propôr à Senhora Reitora a atribuição do título de Doutor *Honoris Causa* a José Pacheco Pereira.

iscte

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

DIPLOMA

DOUTORAMENTO HONORIS CAUSA

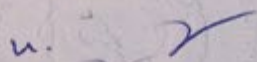
Eu, Maria de Lurdes Rodrigues, Reitora do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa,
faço saber que é concedido o grau de Doutor *Honoris Causa* pelo
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, sob proposta do Conselho Científico, ao

Doutor José Pacheco Pereira

Este grau foi concedido pelo seu mérito excecional, publicamente reconhecido,
em particular pela influência da sua ação na vida política e na produção e difusão
de conhecimento sobre a sociedade e o sistema político portugueses.

Lisboa, 16 de dezembro de 2020

A Reitora



Maria de Lurdes Rodrigues

biografia

José Pacheco Pereira é publicamente reconhecido pela influência da sua ação na vida política e na produção e difusão de conhecimento sobre a sociedade e o sistema político portugueses, em obras publicadas e nos media.

Nascido a 6 de janeiro de 1949, no Porto, licenciou-se em filosofia, em 1978, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo iniciado a sua carreira académica no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, em 1980, onde prestou provas públicas de aptidão pedagógica e capacidade científica, em 1986, e onde lecionou até 1987.

Tem uma vasta obra publicada no domínio da história dos movimentos políticos de esquerda no período do Estado Novo, destacando-se a biografia de Álvaro Cunhal. Em 1984, retomou a atividade política, interrompida em 1975, participando na criação do Clube da Esquerda Liberal e, em 1986, na primeira candidatura de Mário Soares à Presidência da República. Em 1987, foi eleito deputado, como independente,

nas listas do PSD, partido no qual se filiou em 1988, e de que foi presidente da Distrital de Lisboa. Foi deputado durante três mandatos, desempenhando as funções de líder do Grupo Parlamentar. Em 1999, encabeçou a lista do PSD às eleições para o Parlamento Europeu, de que viria a ser vice-presidente.

É colaborador regular dos media, nomeadamente na Circulatura do Quadrado, na TVI24 (que sucedeu à Quadratura do Círculo, na SIC Notícias, que por sua vez sucedera ao Flashback, da TSF).

Na blogosfera, criou os blogues Abrupto, Estudos sobre o Comunismo e Ephemera. Criou a associação Ephemera – Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira, que tem como principal objetivo recolher, tratar, divulgar e tornar acessível ao público diversos fundos e coleções de documentos, livros e materiais diversos, incluindo uma vasta iconografia.

Recebeu a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, condecoração concedida pelo Presidente da República Jorge Sampaio.



A defesa da memória é um elemento crucial na defesa da democracia, numa altura em que ela está sitiada por forças muito poderosas, vindas quer do poder político, quer de mutações de mentalidade que favorecem o crescimento de uma forma de ignorância agressiva contra as mediações da democracia

José Pacheco Pereira

Investigador

► José Pacheco Pereira no discurso de agradecimento.

Senhor Presidente da República
Senhor Presidente da Assembleia da República
Senhores ministros
Senhora Reitora do Iscte
Aos meus co-doutores Nuno Portas e Correia de Campos, cuja companhia nesta cerimónia muito me honra
Caros colegas, amigos e companheiros

Começaria por agradecer à Senhora Reitora Maria de Lurdes Rodrigues mais uma manifestação de uma amizade com muitas provas, mesmo em momentos difíceis para ela própria, onde mostrou uma qualidade muito mais rara do que se pensa, a coragem.

Aos meus colegas e amigos que me propuseram esta honra, talvez em sentido estritamente académico pouco merecida, e, talvez merecida, noutros sentidos, mas sobre os méritos não me pronuncio.

À Professora Miriam Halpern Pereira pelas palavras que me dirigiu lembrando que o seu *Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*, ainda na velha edição da editorial Cosmos, foi um dos primeiros estudos que li sobre Portugal contemporâneo, estando eu numa universidade onde a história parava antes da Revolução Francesa e a filosofia antes de Hegel.

O tempo obriga-me a palavras escassas e por isso queria acrescentar mais dois nomes que não me perdoaria não referir, um revolucionário e um reaccionário, um vivo e bem vivo e outro que já cá não está. Metáforas, como é obvio.

Um é Fernando Rosas, a quem devo um doutoramento *laboris causa*, amigo de muitas décadas, de uma daquelas amizades fortes que começaram nos anos da ditadura, conspirando num pinhal em Aveiro, para subverter o Congresso Republicano. Essas circunstâncias de luta temperam as amizades, para usar um título célebre, como o aço.

Outro, Vasco Graça Moura, a única pessoa de que assisti a um doutoramento *honoris causa*, com ele já doente, que não foi fácil, porque o feitio e a irreverência do Vasco deixaram atrás de si um rastro de inimigos. A Universidade do Porto teve essa qualidade de não se furtar a reconhecer o mérito do poeta, ensaísta, tradutor, que usava a língua portuguesa como poucos.

O Vasco tinha conversado comigo e ambos com Chris Patten, último governador de Hong Kong, actual Barão Patten of Barnes, quando este se preparava para ser Chanceler da Universidade de Oxford. E havia a tradição oxoniense de fazer o seu discurso inaugural em latim e Vasco queria fazer o mesmo no seu doutoramento. Mas o seu latim não chegava, já tinha tentado traduzir Ovídio, e também desistiu. Nesse acto nobremente falhado de provocação à Vasco, havia uma intenção exemplar, mostrar que o solo que pisamos é antigo e, se não o nomeamos, ficamos mais pobres. Mas, não se assustem porque o meu latim é muito pior do que o do Vasco.

Por último, queria falar dos efémeros com f e dos efémeros com ph, a letra grega fi Φ . Dos com f nada direi, a não ser que eles sabem do que falo e de quem falo, mas da esfera do privado não falo em público. Dos com ph, fi Φ , dizer-lhes que esta honraria é imerecida por mim mas merecida por eles, amadores dedicados da luta contra a efemeridade, militantes da memória.

*

E chegamos à memória.

A memória não é fácil. A memória lida com a história, a mais tumultuosa criação humana, que aliás só existe pela memória e que, como toda a obra humana, tende a ser cruel e cheia de ruído, de “som e fúria”

*Out, out, brief candle!
Life is but a walking shadow, a poor player
That struts and frets his hour upon the stage
And then is heard no more. It is a tale
Told by an idiot, full of sound and fury
Signifying nothing.*

*Apaga-te, apaga-te, chama breve!
A vida não passa de uma sombra que caminha, um pobre actor
que se pavoneia e se aflige em palco durante a hora que lhe pertence
e, depois, ninguém mais o ouve.
É uma história contada por um idiota, cheia de som e fúria
e significando nada.*

Shakespeare pondo um homem, Macbeth, a falar sozinho, diz-nos tudo sobre a história e por isso é que a grande história tende a ser trágica e pequena história tende a ser triste. Grande e pequena história, são de novo metáforas.

A grande história é a história da guerra, dos conflitos justos e injustos, da miséria, da pobreza e da fome, da violência institucionalizada, da desigualdade, da prepotência, da discriminação, do racismo, do poder que abusa sem limites.

A pequena história é a da vida de muitas centenas e centenas e centenas de milhões de pessoas que não tiveram, nem têm, a vida que desejavam, mas apenas a que puderam ter.

Há alguma felicidade pelo meio? Há, sem dúvida, mas é a excepção e quem não tem em conta isto não faz o que deve, a começar pela sua

obrigação ética de não aceitar o mundo de violência, de desigualdade, de exclusões, de mentiras, nem percebe o que se passa à sua volta, confundindo a sua preciosa individualidade, que normalmente pensa ser liberdade, mas é apenas egoísmo, que em muitos casos significa apenas ser privilegiado no seu conforto.

Dois exemplos contraditórios da história - um bom e outro mau. O bom é muito simples: o acesso nos últimos cem anos a condições mínimas de sobrevivência de biliões de pessoas na Ásia, particularmente na China e na Índia, é uma verdadeira revolução para a humanidade, bastante invisível para quem, apesar de tudo, tem o mínimo garantido.

O exemplo mau é connosco, é europeu. Olhando para a Europa, é preciso ter em conta que, nos últimos 2000 anos, o maior período de paz da sua história ocorreu de 1945, fim da II Guerra, até 1991 com o início das guerras jugoslavas, menos de 50 anos em 2000 anos de história. Parece pouco, mas 50 anos é excepcional.

Por isso, o nosso olhar, aquele que informa o trabalho do Arquivo Ephemera, uma genuína instituição da sociedade civil, autónoma e ferozmente independente, o nosso olhar é mais céptico do que optimista, mais crítico do que complacente, até porque vemos e sabemos de muita coisa. Muita coisa.

A nossa ambição é ser um “gabinete de curiosidades” moderno, movido pela curiosidade, a maior força criativa. O que nós fazemos no Arquivo Ephemera é recolher os traços desta história grande ou pequena. Desde arquivos e espólios que mudam a história portuguesa, como o de Sá Carneiro, de Vítor Crespo, de Nuno Rodrigues dos Santos, de Sousa e Castro, de Henrique Galvão, dos espólios científicos, dos partidos políticos grandes e pequenos, das associações e sindicatos, da extrema-direita, da censura e das polícias, das lutas operárias, culturais, sociais e económicas, das eleições fáceis como as presidenciais às eleições muito difíceis como as autárquicas, com as suas muitas dezenas de milhares

de itens por eleição, cobrindo os últimos duzentos anos até hoje de manhã. E com a intenção de o fazer numa perspectiva internacional, para dotar Portugal e os seus investigadores da possibilidade de trabalhos comparativos, quer no presente quer nesse “país estrangeiro” que é o passado. E também de preservar e trazer para uma biblioteca e arquivo tudo aquilo que durante 48 anos não podia cá entrar, publicações comunistas, anarquistas, fascistas, desde a *Rinascita* e o *L'Humanité* até ao *Volk und Reich*. E fazê-lo numa tentativa de criar um contínuo entre os manuscritos, os panfletos, as cartas, os livros, as publicações, os fanzines, os cartazes e iconografia diversa, e os objectos, o analógico e o digital. O arquivo é patrimonial, mantém a ideia que as coisas físicas têm um valor per si, porque remetem para os sentidos e a sua dimensão humana de proximidade.

Quanto àquilo a que por facilidade chamei de pequena história, os objectos humildes, as histórias comuns, o mundo dos que não ficam na grande história, mas que a fizeram com dor e sangue e sacrifício muitas vezes vãos, como aqueles que lembra Brecht num seu famoso poema:

*César venceu os gauleses.
Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?*

Nós tratamos de César e do cozinheiro.

O que aprendemos é imenso, sem lugar para qualquer aborrecimento, porque é tudo aquilo de que a grande história não fala e situa-se onde estão os detalhes, o lugar em que, como se sabe, reside o Diabo. Por exemplo, o que era um rapaz solteiro pobre viver numa pensão, o interior dessa vida nos anos 30-40. Nem imaginam. Garanto-vos que olharão os filmes portugueses dos anos trinta e quarenta cheios de rapazes solteiros, marçanos, escriturários, empregados de armazém, que viviam em pensões, com outro olhar. Ou saber como se passava mal, fome, mesmo fome,

nos quartéis dos anos 10 e 20 do século passado, traduzido em cartas a namoradas pedindo que lhes trouxessem um cestinho de comida para levar quando passassem em formatura pela Praça do Comércio. Ou a permanente presença das cunhas e do patrocínio, um fenómeno social que traduz a inexistência de uma administração burocrática capaz, em que o único poder era o do empenho.

Por aí adiante.

*

Voltemos à memória. Sabemos que em grande parte ela é construída e selectiva, e sujeita a grandes pressões do presente para controlar, lembrar ou apagar, o passado. Sabemos também que nunca se escapa ao olhar do tempo, que muda com o tempo, e o que vemos hoje ignoramos amanhã. Por isso, nos dias de hoje sabemos até que ponto a defesa da memória é um elemento crucial na defesa da democracia, numa altura em que ela está sitiada por forças muito poderosas, vindas quer do poder político, quer de mutações de mentalidade que favorecem o crescimento de uma forma de ignorância agressiva contra as mediações da democracia, a começar pelas do saber e do conhecimento. As teorias conspirativas que hoje conhecem uma idade de ouro, porque servem o poder político e a ignorância, pululam nas chamadas redes sociais, que são muito menos redes e muito menos sociais do que se pensa. São menos redes porque, parecendo igualitárias e democráticas, têm um sentido e uma direcção e têm quem as controle para servir os seus objectivos. E são, na sua força, antes de serem “sociais”, espelhos narcisistas com origem na ignorância igualitária e na solidão das sociedades modernas, que geram mais tribos do que “sociedades”, incorporando na vida dos mais excluídos a ilusão de que são ouvidos, ou que têm poder.

*

Dito tudo isto, aqui está o vosso novo doutorado, com o mesmo pacote de defeitos e qualidades irmanados uns aos outros, como toda a gente, com a pretensão de nunca ter mudado no essencial, fiel a si mesmo pelos outros, mas não desistindo de travar o combate cultural e político pela democracia e pela liberdade, coisas que só existem se lutarmos por elas. Sem isso caem como um muro sem suporte, porque o mal tem um sólido alicerce e tem sempre vantagem.

Sem ilusões, como Macbeth, mas incapaz de fazer de outra maneira.

Disse.

Entendo ser de óbvia justiça o agraciamento ao Iscte com o título de membro honorário da Ordem da Instrução Pública

Marcelo Rebelo de Sousa

Presidente da República

Senhor presidente da Assembleia da República,
Senhora vice-presidente da Assembleia da República,
Senhores ministros,
Senhora Reitora e nossa anfitriã,
Ilustres homenageados,
Representantes, famílias
Elogiantes,
Senhores convidados,
Senhores professores e prezados colegas,
Senhores estudantes e mais membros da comunidade académica,

Senhora Reitora, bem-haja pelo honroso convite para tão simbólica e impressiva cerimónia, que retrata o que de mais nobre deve ter o universo académico. A abertura, o diálogo, a tolerância, o ecumenismo, a busca da qualidade, o serviço da comunidade, a gratidão indelével, a homenagem indeclinável.

Quatro palavras muito breves:

A primeira, para homenagear e agradecer, com especial emoção, ao senhor professor doutor Nuno Portas, uma vida de génio na arquitetura, na habitação, no urbanismo, no magistério, na formação, na intervenção social, na militância comunitária, na capacidade singular de recriar espaços, tempos e modos, tudo interligado ao serviço de Portugal.

A segunda, para homenagear e agradecer, ao senhor professor doutor António Correia de Campos, uma vida de exemplar devoção à causa pública, na educação, na saúde, na modernização administrativa, nas políticas públicas, na pesquisa, na docência, na entrega constante à proclamação e efetivação de valores coletivos, também ao serviço de Portugal.

A terceira, para homenagear e agradecer, ao senhor professor doutor José Pacheco Pereira, uma vida de excelência, na história, nas ciências

Nuno Portas
António Correia de Camp
José Pacheco Pereira

isct



sociais em geral, na biografia monumental, na pedagogia, na inteligência analítica, no combate mediático e político, como um todo, pela liberdade e pela democracia, no engrandecimento do nosso património imaterial, também e ainda ao serviço de Portugal .

Três vidas ao serviço de Portugal e de todos os portugueses.

A quarta, para homenagear e agradecer ao Iscte, na pessoa da sua notável Reitora, senhora professora doutora Maria de Lurdes Rodrigues, 48 anos de afirmação singular desta casa no mundo universitário e, por essa via, na sociedade portuguesa. Dos quais, 8 anos de pré-história que me evocam, nos seus primórdios, uma sugestiva memória afetiva pessoal.

Afirmação na coragem da luta pela relevância das ciências sociais, na atenção ao permanente diálogo entre a teoria e a realidade, entre o doméstico e o cosmopolita, entre o revisitar das raízes e o querer e saber inovar, na qualidade dos mestres, no seu espírito solidário e projeção intergeracional, na insatisfação perante o sonhado e já feito, e no acicate de nunca renunciar à ambição maior.

Por estes 48 anos, que todos lhe devemos, que todos vos devemos, entendo ser de óbvia justiça o agraciamento com o título de membro honorário da Ordem da Instrução Pública.

- Entrega da insígnia de membro honorário da Ordem da Instrução Pública por Marcelo Rebelo de Sousa a Maria de Lurdes Rodrigues.

iscte

Membro Honorário
da Ordem da
Instrução Pública



Os três homenageados têm
em comum o compromisso
com a modernização e a
democratização do país,
e uma intervenção política
baseada em conhecimento
e informação, valorizadora do
papel das universidades













